

JE

Jornal dos Economistas

Nº 299 Junho de 2014

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Copa do Mundo e Economia

Ministro Aldo Rebelo,
Christopher Gaffney
e Luiz Carlos Azenha
abordam aspectos
econômicos da
Copa do Mundo no Brasil



Escolas da Macroeconomia

Terceiro artigo da série discorre
sobre a Macroeconomia Marxista

Fórum Popular do Orçamento

Estrutura dos consórcios
de empresas de ônibus no Rio

Copa do Mundo e Economia

O JE não poderia deixar de abordar nesta edição o tema da Copa do Mundo no Brasil. Em linha com a especialidade da publicação e o perfil dos leitores, o enfoque será nos aspectos econômicos do evento e do futebol brasileiro.

O bloco principal começa com uma entrevista exclusiva para o JE do Ministro dos Esportes Aldo Rebelo. Além de detalhar os investimentos para a realização do megaevento, o ministro discorreu sobre os legados tangíveis e intangíveis da Copa e afirmou que o país está aproveitando bem esta oportunidade. Ele garante que os investimentos na organização do evento não causaram qualquer redução no orçamento do governo para as áreas sociais.

O artigo de Christopher Gaffney, da UFF, faz um contraponto à posição do ministro ao afirmar que a Copa trará um legado negativo para o país. As cidades-sedes terão dívidas públicas onerosas, os espaços públicos serão mais militarizados e os estádios privatizados e elitizados, não haverá uma reforma institucional na estrutura do futebol brasileiro e o impacto positivo na economia será pequeno, afirma.

A entrevista com o premiado jornalista Luiz Carlos Azenha apresenta as linhas gerais do conteúdo do recém-lançado *O lado sujo do futebol*, livro que escreveu com outros três repórteres investigativos e que desnuda os meandros da estrutura de poder do futebol brasileiro, transformado em um grande balcão de negócios.

Fora do bloco temático, artigo do Fórum Popular do Orçamento aprofunda a investigação sobre as empresas de ônibus concessionárias do transporte público rodoviário na cidade do Rio de Janeiro. O texto detalha a formação, operação, estrutura societária e faturamento dos quatro consórcios que dominam o transporte rodoviário no município.

No fechamento da edição, artigo de Fábio Guedes Gomes, o terceiro da série Escolas de Macroeconomia, enfoca o pensamento macroeconômico marxista. O autor relaciona a teoria de Marx com a conjuntura econômica mundial e os avanços tecnológicos e produtivos das últimas décadas.

Sumário

Entrevista: ministro Aldo Rebelo3
 “Nem um centavo deixou de ser aplicado em hospitais, escolas e postos de saúde para ser usado na preparação da Copa.”

Copa e Economia5
 Christopher Gaffney
 (Falta de) legado da Copa

Entrevista: Luiz Carlos Azenha7
 “Ricardo Teixeira e João Havelange privatizaram o futebol brasileiro e seus parceiros comerciais – basicamente a Globo, os irmãos Abrahão e a Nike – enriqueceram.”

Fórum Popular do Orçamento 10
 As Empresas de Ônibus e seu precioso anel

Escolas da Macroeconomia 13
 Fábio Guedes Gomes
 Macroeconomia Marxista

Agenda de cursos 16

2º Congresso Internacional
 do Centro Celso Furtado

Balanco Patrimonial

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE Jornal dos
Economistas

Órgão Oficial do CORECON - RJ
 E SINDECON - RJ
 Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Edson Peterli Guimarães, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães, Sergio Carvalho C. da Motta, Paulo Mibielli Gonzaga. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Fotolito e Impressão:** Ediouro. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
 Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
 Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
 Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Sidney Pascounto da Rocha. **Vice-presidente:** Edson Peterli Guimarães. **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2014-2016): Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012-2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2013-2015): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2014-2016): Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2013-2015): Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2011/2014

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.

Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

“Nem um centavo deixou de ser aplicado em hospitais, escolas e postos de saúde para ser usado na preparação da Copa.”

Filiado ao PC do B, eleito seis vezes deputado federal por São Paulo, Aldo Rebelo é um político com atuação em diversos setores: presidiu a UNE na juventude; milita pela redução de estrangeirismos na língua portuguesa e propôs a criação do Dia Nacional do Saci-pererê; relatou os projetos da Lei da Biossegurança – que acabou com a proibição das pesquisas com células tronco – e do Código Florestal Brasileiro; tem forte atuação na área de relações exteriores e defesa nacional; e foi presidente da CPI da Nike.

P: A Copa sempre foi um momento de mobilização da sociedade brasileira. Por que, justamente na Copa realizada em território brasileiro, o entusiasmo do torcedor brasileiro é tão pequeno?

R: Não concordo que o entusiasmo do torcedor brasileiro com a Copa seja pequeno. Até agora, foram vendidos mais de 2,3 milhões de ingressos. Os brasileiros compraram mais de 60 por cento deles. O futebol mobiliza milhões de pessoas no Brasil inteiro pelo menos duas vezes por semana durante o ano inteiro. Até para acompanhar as Copas disputadas em outros países, a nossa torcida enfeita ruas, sai com bandeiras nos carros. Este ano não vai ser diferente. Os jogos vão ser disputados em clima de festa.

P: Quais serão os principais legados da Copa para a população brasileira?

R: Há um legado que, em parte, já é visível. Muitas obras de mo-

bilidade urbana foram inauguradas, ou estão em execução. Ruas, avenidas e estradas foram modernizadas. Teremos um aumento de R\$ 142 bilhões na economia nacional. Vão ser gerados 3,6 milhões de empregos. Novas linhas de ônibus e metrô foram ou serão inauguradas. Aeroportos são reformados. Centros de Comando e Controle aumentam a eficiência do sistema de segurança pública. Um levantamento do Sebrae mostra que negócios relacionados com a Copa do Mundo, de 2011 até abril deste ano, já renderam R\$ 370 milhões às pequenas e microempresas. **Há, também, um legado menos visível, mas tão importante quanto as obras: durante mais de 30 dias, o Brasil será mostrado ao mundo em toda a sua dimensão. Mais de 18 mil jornalistas passarão por aqui durante a Copa. E a cobertura dos meios de comunicação não se limita aos jogos. A economia nacional, as oportuni-**

Nos governos Lula-Dilma exerceu as importantes funções de presidente da Câmara dos Deputados e ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Relações Institucionais e, em outubro de 2011, assumiu o Ministério dos Esportes com a tarefa de preparar o país para a Copa do Mundo.

Aldo Rebelo concedeu entrevista exclusiva ao JE, na qual expressou suas visões sobre aspectos econômicos da Copa.



des de negócios, nossas atrações turísticas, tudo poderá ser visto das grandes cidades às aldeias mais remotas do planeta. A Copa, portanto, é um momento de afirmação do protagonismo internacional do Brasil.

P: Quanto foi gasto na realização da Copa? Deste montante, quanto foi investido pelo governo fe-

deral, iniciativa privada e FIFA?

R: Os investimentos públicos e privados na preparação do Brasil para a Copa alcançam R\$ 25,6 bilhões. Os investimentos têm a seguinte divisão: mobilidade urbana, R\$ 8 bilhões; aeroportos, R\$ 6,3 bilhões; segurança, R\$ 1,9 bilhão; portos, R\$ 600 milhões; telecomunicações, R\$ 400 milhões; infraestrutura turística, R\$ 200

milhões; estádios, R\$ 8 bilhões (sendo 4 bilhões de financiamento via BNDES; 3,8 bilhões de recursos públicos locais e 200 milhões de recursos privados).

P: Qual foi o montante emprestado pelos bancos federais para o financiamento dos projetos da Copa? Que governos, empresas e entidades foram os principais beneficiários destes empréstimos?

R: O governo federal abriu uma linha de crédito para financiar as obras nos estádios. Cada arena podia contar com até R\$ 400 milhões. São empréstimos concedidos sob as mesmas condições daqueles a que têm direito os outros setores da economia. Quem tomou esses empréstimos foram as construtoras e os consórcios dos estádios.

P: Há transparência na divulgação destes números?

R: **Nada é tão fiscalizado como a preparação para a Copa do Mundo.** A Consultoria Geral da República criou o Portal da Transparência para divulgar a forma como o dinheiro está sendo usado. Todos os cidadãos podem acessar as informações. O Tribunal de Contas da União tem um ministro cuidando exclusivamente do evento. Além disso, o Ministério Público Federal, os ministérios públicos estaduais, os tribunais de contas dos estados e dos municípios, os órgãos de defesa do consumidor, todos fiscalizam as obras.

P: Como você responde à crítica de que estes recursos poderiam ter sido investidos em setores prioritários como a saúde e educação públicas?

R: Em 2013, os orçamentos das áreas de Saúde e Educação, somados, chegaram a R\$ 177 bilhões. O orçamento do Ministério do

Esporte não chega a um por cento desse valor. Nem um centavo deixou de ser aplicado em hospitais, escolas, postos de saúde, para ser usado na preparação da Copa.

P: Em que a preparação da Copa falhou? Se pudesse, o que você mudaria?

R: Nós só vamos saber se falhamos e onde falhamos depois da Copa. Por enquanto, temos problemas que vão sendo enfrentados e resolvidos.

P: Quais foram os principais entraves na preparação e realização de obras? Burocracia? Licenciamento ambiental? Ações judiciais? Greves? Por que houve atrasos nas obras?

R: É quase impossível realizar um evento do tamanho e com a complexidade de uma Copa do Mundo, especialmente num país do tamanho do Brasil, sem sofrer com alguns atrasos. Nós entregamos seis estádios um ano antes. E vamos entregar os outros seis quase um mês antes do início do torneio. Vários fatores podem se juntar e impedir que uma obra seja concluída no prazo planejado, desde problemas de gestão, órgãos de fiscalização, até acidentes. Mas não há nenhum atraso colocando em risco a segurança e o conforto de torcedores, turistas em geral e delegações.

P: A Copa será um marco no desenvolvimento do futebol brasileiro?

Os clubes, campeonatos e federações vão se beneficiar das novas arenas? Esta infraestrutura futebolística renovada representa uma vantagem concreta do Brasil sobre vizinhos, como a Argentina?

R: **Nosso futebol fica**

mais forte. As 12 arenas que vão receber os jogos e os 31 centros de treinamento escolhidos pelas seleções participantes criam a infraestrutura necessária para que o Brasil passe a receber equipes estrangeiras para pré-temporadas, torneios amistosos internacionais, para receber atletas, técnicos estrangeiros em programas de intercâmbio. A Copa serve para que o Brasil, além de fornecedor de jogadores para o mundo inteiro, seja, também, fornecedor de serviços futebolísticos.

P: Qual será o impacto da Copa no setor turístico brasileiro?

R: São esperados mais de 600 mil turistas estrangeiros. Além disso, três milhões de brasileiros vão circular pelo país durante a Copa. Só uma rede de hotéis investe R\$ 2 bilhões no Brasil. Os aeroportos e portos modernizados, a rede hoteleira ampliada, as cidades mais confortáveis e seguras, tudo isso é fator de incremento do turismo. Também é preciso levar em conta a exposição internacional que a Copa garante. Durante um mês, o Brasil será mostrado para todo o planeta.

P: E qual é o impacto na mobilidade urbana?

R: Em todas as cidades-sedes há obras de mobilidade, todas com

impacto positivo. Algumas já foram testadas. Na partida entre Corinthians e Figueirense, no dia 18 de maio, 90 por cento dos torcedores usaram transporte público para chegar ao estádio. E tudo funcionou bem. O que não ficar pronto até a Copa, vai melhorar as nossas cidades logo depois da Copa.

P: As remoções de famílias para a realização de obras são justificáveis? O que você tem a dizer para as famílias removidas?

R: Não há remoções de famílias por causa da Copa. O que há é quase uma campanha de desinformação. Nenhuma pessoa ficou desabrigada por causa de obras nos estádios, ou para intervenções de mobilidade urbana. As transferências são, muitas vezes, necessárias para a execução de obras que beneficiam a população em geral. E as prefeituras e governos estaduais procuram, sempre, compensar e apoiar os atingidos. No Recife, moradores da Vila Mangue saíram de palafitas para casas com toda infraestrutura.

P: O Brasil aproveitou bem a oportunidade da Copa do Mundo?

R: **O Brasil está aproveitando bem a oportunidade da Copa. Tanto no que se refere diretamente ao futebol, quanto aos outros setores envolvidos.**



(Falta de) legado da Copa

Christopher Gaffney*

A verdade é que a Copa deixará um legado, mas um legado negativo. As cidades-sedes terão dívidas públicas onerosas, os espaços públicos serão mais militarizados, os estádios privatizados e elitizados, e não haverá uma reforma institucional da indústria de futebol. Enquanto não houver progresso neste último aspecto, haverá retrocesso, porque continuaremos com as mesmas pessoas fazendo a mesma coisa, sem controle governamental, sem transparência, sem meios democráticos de participação. No sentido de legado físico vemos que os projetos de infraestrutura ou não vão ser completados ou são projetos tirados das gavetas para atender interesses específicos. A maioria destes projetos passava pelo chamado Regime Diferenciado de Contratação (RDC), onde não é necessário ter avaliações de impacto ambiental, nem passar pelos processos de licitação pública, audiências públicas, ou ter uma garantia que a infraestrutura é necessária ou atenderá as demandas atuais e futuras das cidades-sedes.

A falta de legado é um elemento consistente nos países “menos desenvolvidos”: China, África do Sul, Grécia, Índia, Rússia e Brasil. No caso do Brasil, é aparente que nenhuma lição foi aprendida depois dos Jogos Pan-americanos de 2007. Na África do Sul, nove dos 10 estádios construídos não tem utilidade. Na Índia, os Jogos da Commonwealth deixaram uma manada de elefantes brancos. Antecipa-se que a mesma ausência do legado será a maior marca da Copa.

Impactos na economia

A evidência é de que a Copa não dará um salto significativo na economia. Um estudo feito pela agência Reuters em maio de 2014 indicou que a Copa do Mundo terá um impacto em 0,2% no PIB em 2014¹. Se houver um impacto positivo na economia, os ganhos econômicos acontecem nos anos antes dos megaeventos, principalmente no setor de construção civil. Esse setor no Brasil já se encontrava bastante aquecido nos últimos anos. O investimento global nos projetos da Copa do Mundo estava em torno de R\$25 bilhões, um investimento significativo, mas considerando que o PIB brasileiro em 2013 foi de R\$4,8 trilhões, o impacto econômico da Copa não podia ser grande.

Por outro lado, a justificativa de tamanho investimento em estádios, aeroportos, linhas de ônibus, comunicações, hotéis, turismo, etc. para a Copa é justamente que o investimento público nas obras associadas à Copa gerará retornos muito além dos investimentos². Esses estudos, como tantos outros pagos pelo governo brasileiro para justificar gastos públicos, são baseados em multiplicadores claramente favoráveis à realização do evento. Em todos os casos, as previsões se revelam otimistas demais e são posteriormente questionadas para sua validade. A superestimação dos impactos econômicos faz parte do marketing do evento. Dentro desse processo, o governo e seus parceiros na mídia e no setor privado conspiram para disfarçar a realidade.

Dentro desta conjuntura política e de arcabouço discursivo, os efeitos econômicos dos megaeventos esportivos são difíceis de medir com especificidade porque acontecem dentro de uma economia dinâmica. Podemos supor que a demanda para uma mão de obra qualificada para construir estádios, rodovias, aeroportos e hotéis aumenta os salários do setor. A demanda para aço, concreto, e outras matérias primas pode ter um reflexo na inflação. Setores como bebidas, marketing, televisão – os segmentos associados com a indústria do futebol – vão se beneficiar nos meses antes da Copa, mas a tendência é que esses efeitos diminuirão depois da realização do evento³. A tendência dos apologistas ao evento é de atribuir qualquer ganho econômico.

Sobretudo, vemos um impacto econômico no setor imobiliário, especialmente nas capitais onde serão realizados os megaeventos. O aumento nos aluguéis, comerciais e residenciais, é em parte compensado com um aumento salarial, mas estes aumentos também contribuem para que processos inflacionários decolem com mais velocidade. Em todas as cidades-sedes da Copa a especulação imobiliária e a hipervalorização do solo têm contribuído com os processos inflacionários.

Comparação do legado e impacto econômico com Copas em outros países

Investimentos em infraestrutura evitaram que a África do Sul entrasse numa recessão imediata.



De modo geral, os investimentos em infraestrutura relacionada à Copa só tiveram um impacto de 0,2% no PIB da África do Sul. Já a Copa na Alemanha teve um efeito maior, mas ainda modesto: 0,5%. Em ambos os casos, os gastos públicos foram muito além dos projetados e os efeitos econômicos menos do que os esperados. Aqui não há nada de surpresa, uma vez que o *business model* da Copa demanda estímulos e subsídios públicos bilionários para garantir o lucro das empresas associadas à FIFA, entidade máxima do futebol e detentora dos direitos do torneio quadrienal.

O negócio da Copa do mundo: principais atores

Dado que, hoje, a finalidade da Copa do Mundo é o lucro, a FIFA atua como uma grande articuladora de interesses, aglomerando atores de vários setores da economia e várias escalas

de atuação. Na escala internacional, a FIFA abre o caminho para os seus patrocinadores entrarem no país através da chamada Lei Geral da Copa – a lei de exceção dá vários direitos e isenções sobre lucros ganhos durante a Copa. Além disso, os arranjos político-industriais preexistentes tendem a se fortalecer com o sistema de planejamento emergencial e excepcional que a Copa requer. Neste sentido, podemos ver que os grandes vencedores dos contratos para os estádios, rodovias, aeroportos, sistemas de comunicação, segurança, transporte e turismo são os mesmos que “tipicamente” ganham as licitações públicas de contratos governamentais.

Os valores dos contratos envolvidos variam conforme as fontes consultadas, como por exemplo: dos vários sites governamentais estabelecidos para vigiar os gastos da Copa, todos dão valores diferentes para os estádios da Copa⁴. Entretanto, outros estudos demonstram que os contratos governamentais para grandes obras são os mais propícios para corrupção. Dado isso, pode-se pressupor um custo embutido de corrupção dentro de todas as obras da Copa do Mundo! A almejada plataforma de transparência tem se mostrado insuficiente para deter esse processo. Mesmo nos sites de acompanhamento é quase impossível ter clareza sobre os gastos e os processos licitatórios de contratação e execução das obras. Os dois critérios de transparência, acessibilidade e legibilidade, não são cumpridos em nenhum site governamental.

* É professor visitante da Escola de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF).

1 “World Cup to give very modest boost to Brazil’s economy”. Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/05/17/us-brazil-worldcup-poll-economy-idUSBREA4FOIO20140517>

2 “Copa 2014 deve gerar renda de R\$65bi diz consultora”. Disponível em <http://www.portal2014.org.br/noticias/1220/COPA+2014+DEVE+GERAR+REND+A+DE+R+65+BI+DIZ+CON+SULTORIA.html>

3 Para uma discussão mais detalhada sobre os efeitos econômicos da Copa, veja Proni e Oliveira da Silva (2012) “Impactos econômicos superestimados”. Disponível em http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/122700_TD211_Proni.pdf

4 TCU, CGU, Senado, Copa2014.gov.br

Preços dos ingressos

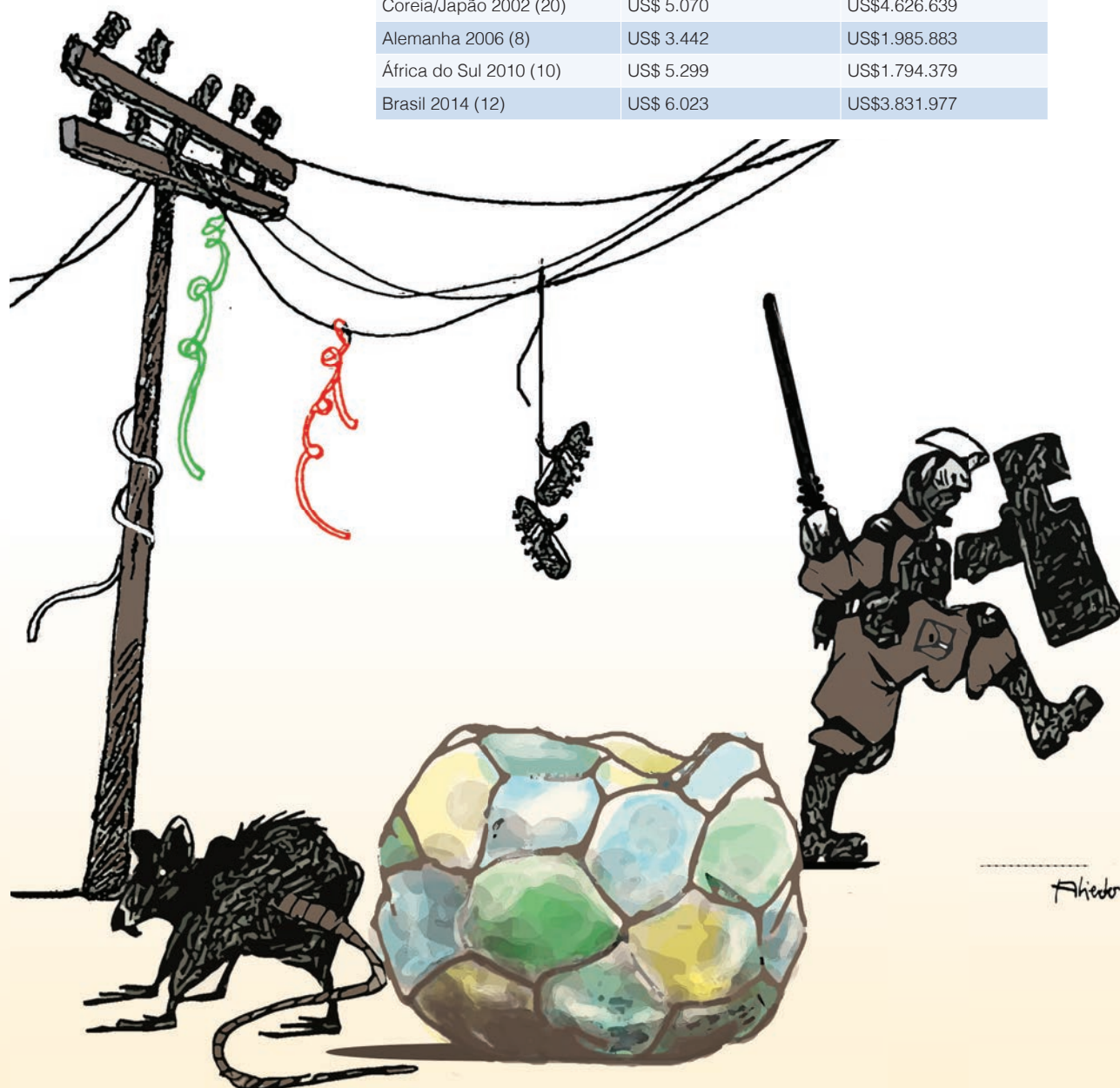
	categoria 1	categoria 2	categoria 3	categoria 4
Alemanha 2006	US\$ 126	US\$ 75	US\$ 57	US\$ 45
África do Sul 2010	US\$ 160	US\$ 120	US\$ 80	US\$ 20
Brasil 2014	US\$ 203	US\$ 192	US\$ 112	US\$ 25

Distribuição dos ingressos

Ingressos total	3.671.600		
Destinados aos brasileiros	440.592	12%	categoria 4
75% venda pública	2.753.700	75%	todas as categorias
Ingressos FIFA	477.308	13%	categoria 1

Custo de construção dos estádios

Copa (número de estádios)	Custo por cadeira médio	Custo total dos estádios
Coreia/Japão 2002 (20)	US\$ 5.070	US\$4.626.639
Alemanha 2006 (8)	US\$ 3.442	US\$1.985.883
África do Sul 2010 (10)	US\$ 5.299	US\$1.794.379
Brasil 2014 (12)	US\$ 6.023	US\$3.831.977



“Ricardo Teixeira e João Havelange privatizaram o futebol brasileiro e seus parceiros comerciais – basicamente a Globo, os irmãos Abrahão e a Nike – enriqueceram.”

Luiz Carlos Azenha integra o time de quatro repórteres investigativos que escreveu o livro *O lado sujo do futebol*, lançado em maio, cuja primeira edição de 15 mil exemplares esgotou rapidamente. Com base em sólida documentação e apuração, Azenha, Amaury Ribeiro Jr., Leandro Cipoloni e Tony Chastine mostram como a Fifa e CBF se tornaram um grande balcão de negócios, no qual são firmados acordos bilionários, que envolvem direitos de transmissão e multinacionais de material esportivo – um grande jogo de bolas marcadas, cujo palco principal são as Copas do Mundo. Mostram também como João Havelange e Ricardo Teixeira desenvolveram um esquema mafioso de fraudes e conchavos.

Jornalista premiado, Azenha trabalhou para as principais emissoras de TV brasileiras, cobriu grandes aconteci-



mentos mundiais e eventos esportivos e fez reportagens investigativas. Atualmente, está na equipe de repórteres especiais da TV Record e tem o site Viomundo.com.br.

P: Qual foi a sua contribuição para o livro?

R: A minha parte foi mais a investigação, fora do Brasil e aqui no Brasil, da Ailanto Marketing, que era a empresa do ex-presidente do Barcelona, Sandro Rosell.

P: Qual a participação dessa empresa?

R: Sandro Rosell, que caiu agora com a história da venda do Neymar, na época ainda não era presidente do Barcelona. Ele veio para o Brasil logo depois da CPI começar a investigar a Nike, em 2000, para lidar com a questão política da Nike. Ele ficou muito próximo do Ricardo Teixeira. Depois da CPI, eles passaram a fazer negócios juntos, informalmente, através de uma empresa então cha-

mada Brasil 100% Marketing. Depois essa empresa foi substituída por outra chamada Ailanto Marketing. As duas eram baseadas no Rio de Janeiro. Ricardo Teixeira nunca apareceu, nunca botou o nome nessa empresa, mas ele empurrava para ela negócios relativos à Seleção Brasileira, como promoção de jogos etc.

A gente foi aos cartórios do Rio e descobriu em um deles o documento mais comprometedor nessa relação. Neste documento, o ex-presidente do Barcelona, através de uma sócia, que é uma mulher que lidava com coisas de moda, Vanessa Almeida Precht, arrendou parte das terras de Ricardo Teixeira. Vanessa nunca teve relação com agricultura, mas ela montou uma empresa de agropecuária e arren-

dou parte das terras do Teixeira. A gente foi até lá nas terras e todo mundo com quem conversamos disse que a mulher nunca esteve na fazenda, nunca fez nada no trecho que ela arrendou. Foi apenas uma forma de repassar 600 mil reais ao Ricardo Teixeira pelos negócios que eles haviam feito, especialmente a promoção de um amistoso entre Brasil e Portugal, em 2008, no Gama, no Distrito Federal.

P: Na Copa do Mundo de 2014, essa empresa também esteve envolvida em alguma negociata?

R: Não, essa empresa não está envolvida agora porque não tem espaço. Na Copa do Mundo do Brasil, as empresas de todos os parceiros do Ricardo Teixeira es-

tão ganhando dinheiro. O Grupo Águia, a empresa de turismo dos irmãos Abrahão, do Rio, tem metade dos pacotes de luxo da Copa. E a empresa do J. Hawilla, de São Paulo, ficou com a outra metade desse pacote de ingressos de luxo. Antes de sair da CBF, Ricardo Teixeira prorrogou todos os contratos principais nos quais a gente acredita que ele ganhou dinheiro. O contrato da Nike ele empurrou lá para frente, o da Globo ele vendeu as cotas já até 2022. Então, ao sair, ele deixou tudo acertado para os seus parceiros históricos: Globo, J. Hawilla, irmãos Abrahão e Nike.

Os jogos amistosos da seleção brasileira agora estão com uma empresa árabe, que atua em parceria com uma empresa que per-



tence ao ex-presidente do Barcelona. Ricardo Teixeira foi ao Catar e prorrogou o contrato com essa empresa, de maneira que ele e os parceiros continuam ganhando até 2022, pelo menos. Sem dizer que a filha de Teixeira, Joana Havelange, ocupa um cargo importante no comitê organizador, ganhando um alto salário.

com certeza tem interesse nisso. Dos presidentes brasileiros, ele e o Havelange foram próximos de todos. A única que virou as costas para o Teixeira foi a Dilma. E agora ele, através do Ronaldo, está exercendo sua vingança cruel contra a Dilma, na nossa opinião. O Aécio deu ao Teixeira a Medalha da Inconfidência, que é a condecoração mais importante de Minas Gerais. **Teixeira é mineiro, é próximo do Aécio, do Ronaldo, e deve estar dando o troco na Dilma pelo desprezo que ela demonstrou a ele no momento que ele estava caindo na CBF. A Dilma não o recebeu.** Na cerimônia de sorteio da Copa, Dilma colocou o Pelé de um lado e o Blatter de outro, e aí ela não teve que se sentar nem ao lado do Havelange nem ao lado do Teixeira.

P: O que mais vocês apuraram?

R: A gente dedica um capítulo a demonstrar como as empreiteiras assumem um papel importante no futebol brasileiro a partir de 2014, porque todas elas assumiram um patrimônio público muito importante. O Maracanã é uma região absolutamente nobre do Rio de Janeiro, o Mineirão também. Esses já foram privatizados, patrimônio público que foi para empresas privadas, que são empreiteiras. As arenas que ainda não foram privatizadas eventualmente serão. Então a gente está entregando para essas empreiteiras a administração de longo prazo de estádios muito importantes, e várias delas vão montar empresas para promover eventos, shows de rock etc. E elas terão um papel decisivo na administração das grandes arenas do Brasil daqui para frente. O Corinthians não manda no estádio dele. No horizonte que a gen-

Albedo

te enxerga, o Corinthians está na mão da Odebrecht. Quem paga as contas hoje do Corinthians é a Odebrecht.

P: Vocês tratam da opção por não se fazer os jogos da Copa em São Paulo no Morumbi, e sim construir um estádio novo?

R: Sim, isso é um capítulo do livro, mostrando como isso acabou nas mãos do Corinthians e não do São Paulo, que era o candidato natural então, como foi a briga política para que se chegasse ao estádio do Corinthians.

P: Nesse caso, houve algum pagamento de propina?

R: A gente não apurou. Se houve, não sabemos. A gente demonstra o que foi feito em termos de política, qual foi a movimentação política que desaguou no estádio do Corinthians.

P: Vocês analisaram o investimento público na Copa?

R: Diziam que o investimento seria 20% público e 80% privado, e foi o inverso: 80% público e 20% privado. Essa coisa da grana tem muito chute. A gente reproduz as promessas, os discursos, desde o Lula até o Alckmin, todos falavam no passado que não haveria dinheiro público. E houve. O que possibilitou a Lei Geral da Copa passar foram justamente os acertos estaduais. Foram feitas concessões estaduais. São feitas concessões políticas que fizeram com que, regionalmente, cada grupo político ganhasse um pouco com a Copa. E aí a Lei Geral da Copa passou com a facilidade com que passou.

P: Você avalia que o custo total da Copa foi muito caro para o Brasil ou está dentro dos parâmetros razoáveis para mundiais?

R: Nosso livro não é uma investigação sobre a Copa. É sobre como o futebol brasileiro foi privatizado, especialmente por duas pessoas e seu grupo próximo, para que eles enriquecessem. O livro obviamente toca na Copa, porque nós estamos na Copa, mas ele é especificamente sobre como Ricardo Teixeira e João Havelange privatizaram o futebol brasileiro e seus parceiros comerciais – basicamente a Globo, os irmãos Abrahão e a Nike – enriqueceram.

P: De uma maneira geral, você acha que a Copa será boa para o Brasil?

R: Eu acho que os argumentos usados contra a Copa no Brasil são todos errados. Criou-se um discurso contra a Copa baseado em fatos falsos, por exemplo, essa comparação com educação e saúde. A Copa é um evento. Dá resultado? Dá, dá um retorno, inclusive um retorno intangível, de promoção. Pode ter um efeito benéfico para o país. Não acredito pessoalmente nas estatísticas do governo que vai gerar tanto de emprego, porque quem faz essa avaliação são consultorias pagas pelo próprio governo, por isso ninguém vai dizer que a Copa é um fracasso.

O que a gente está dizendo no livro é que o futebol foi sequestrado, privatizado, só visa lucro, e vai expulsar o pobre. Nosso argumento é mais político do que um argumento em cima de um número, até porque os números são fictícios. Os números têm sido torcidos de toda forma contra e a favor da Copa. Na minha opinião, o futebol está distanciado do público, está hoje em arenas que são praticamente estúdios de televisão, porque hoje só se pensa na TV.

A forma como os direitos de

transmissão são divididos distorce totalmente o futebol, porque você tem privilégios para os grandes clubes, como Corinthians e Flamengo. Por isso que não tem um time de Cuiabá para jogar no estádio de Cuiabá, porque os direitos de transmissão privilegiam os grandes. Então Corinthians, Flamengo e mais meia dúzia que têm poder para negociar com a Globo arrancam um dinheiro melhor, enquanto outros não têm nada, não aparecem na televisão, não tem renda nenhuma. O futebol no Brasil reproduz a mesma lógica da concentração de renda do Brasil, é a mesma coisa. Acaba o campeonato pau-



lista, quinhentos jogadores ficam desempregados no dia seguinte. Enquanto isso você tem alguns milionários. A lógica da concentração de renda se perpetua no futebol brasileiro.

P: Como evitar esta situação?

R: Como é a NBA ou a MLB, nos EUA? Lá existe uma liga que trabalha para que haja equidade entre os clubes, para que os campeonatos sejam disputados. Aí você pega a NBA e em um ano o Phoenix

é campeão, no outro ano o Miami é campeão, no outro é o Chicago, no outro o Los Angeles... Existe uma equidade entre os clubes. No Brasil não, é praticamente um jogo de cartas marcadas. Cinco a dez clubes ganham todos os campeonatos nacionais. Por que você não tem um time em Manaus, ou em Natal, competitivo? Porque não tem uma liga. Quando a liga iria se organizar, o Clube dos 13, ele foi destruído porque ele queria fazer um leilão para o maior pagador de direitos de transmissão. A gente mostra isso no livro. O Clube dos 13 se organizou e queria montar uma liga, vender os direitos de transmissão para a emissora que pagasse mais. Imagina se a Globo iria deixar isso acontecer. Ela esmagou o Clube dos 13 e o Ricardo Teixeira participou da destruição do Clube dos 13, porque ele é parceiro comercial da Globo.

A gente aborda no livro um ponto de vista mais político e de longo prazo, menos sobre essa questão de quanto foi – até porque os números, tanto os do governo quanto os da oposição, são muito pouco confiáveis. Mas no fim das contas, o futebol brasileiro depois da Copa vai ser para menos gente. Nos EUA, além da equidade, quando acaba a temporada, tem o chamado *draft*, que é a escolha dos amadores, e o time pior colocado no ano anterior tem o direito de escolher o melhor jogador. Então, mesmo em um país capitalista, tudo funciona no sentido de equilibrar a liga. Aqui, é quem tem mais, paga mais. E é um processo que vai se perpetuar, porque os estádios estão na mão das empreiteiras. Elas precisam ter um retorno financeiro e não vão querer ingressos de vinte reais.

As Empresas de Ônibus e seu precioso anel

O Rio e o Brasil continuam em efervescência, seja pela proximidade da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, seja pelas mobilizações sociais decorrentes deste evento internacional, rescaldo da Jornada Popular de Junho de 2013.

É um consenso que megaeventos esportivos abrem uma série de oportunidades para a transformação da sociedade que os acolhe. De fato, há mais de vinte anos os países-sede (ou cidades, no caso das Olimpíadas) sofrem algum tipo de influência nas relações econômicas, políticas e sociais, para o bem ou para o mal, dependendo da parcela da população enfocada.

Nesse sentido, avanços nas condições de mobilidade têm sido apresentados pelas autoridades como um dos principais legados da realização do megaevento esportivo. Assim, a análise iniciada na edição passada sobre o transporte público na cidade do Rio de Janeiro pelo FPO e seus parceiros parlamentares terá continuidade nos seguintes enfoques: os operadores do sistema, relacionamento com o Poder Público e as consequências para os usuários. Além de destacar o movimento dos motoristas de ônibus, afinal, a exemplo dos empresários da construção civil, da comunicação, do comércio varejista etc., esta categoria de trabalhadores também percebeu na Copa uma oportunidade de melhoria da sua condição de vida.

Quem opera o sistema de transportes?

No Rio vigora o regime de concessão – transferência da prestação de um serviço público a empresas privadas –, mediante tarifa paga

pelo usuário, com direitos e obrigações definidos contratualmente, a partir de concorrência pública licitada em 2010. A área metropolitana foi dividida em quatro regiões, e os consórcios vencedores da licitação foram: Intersul, Internorte, Transcarioca e Santa Cruz. Os quatro consórcios somam 43 empresas que operam no sistema de transporte coletivo na cidade do Rio de Janeiro e são representados pelo sindicato patronal Rio Ônibus (Tabela 1).

O grande número de empresas parece demonstrar um sistema de transportes amplamente competitivo, o que, segundo tradicionais teorias econômicas, indicaria a operação do sistema sob um preço ótimo, de equilíbrio entre oferta e demanda pelo serviço. É questionável se é apropriada a operação de um serviço público sob o jugo das leis de mercado, no entanto, seguiremos o realismo do fato, nos atendo a questionar a validade da premissa da competitividade do sistema público de transporte no Rio.

É importante ressaltar que somente em 2010 ocorreu a primeira licitação pública de linhas de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Até então, as empresas de ônibus eram permissionárias¹, porém o Estado apenas se limitava a administrar a tarifa do serviço. Somente com a transformação para o regime de concessão é que as empresas de ônibus assumiram obrigações legais, tornando-se passíveis de sanção em caso de descumprimento das regras. Em troca, sua relação com o Estado foi contratualizada pelo período de 20 anos (mais 20 renováveis) com reajuste anual tarifário e uma

Tabela 1

CONSÓRCIO	EMPRESAS
SANTA CRUZ - Zona Oeste -	Algarve - Andorinha Rio - Bangu - Barra - Campo Grande - City Rio - Jabour - Pégaso - Rio Rotas
TRANSCARIOCA - Jacarepaguá, Barra, Recreio -	Acari - Barra - Caprichosa - City Rio - Estrela - Futuro - Jabour - Litoral - Novacap - Pégaso - Premium - Real Auto - Redentor - Santa Matia - Tijuca - Tarnaslitoreana - Transurb - Três Amigos - Mormandy
INTERSUL - Zona Sul -	Alpha - Braso Lisboa - Estrela Azul - Gire - Graças - Premium - Real Auto - São Silvestre
INTERNORTE - Zona Norte -	Acari - América - Bangu - Caprichosa - City Rio - Estrela - Estrela Azul - Gire - Ideal - Lourdes - Madureira - Candelária - Matias - Novacap - Paranaapan - Pavuense - Penha Rio - Premium - Rubanil - Top Rio - Via Rio Class - Três Amigos - Verdun - Vila Real

Fonte das informações: Rio Ônibus/PETRANSPOR.

taxa interna de retorno da operação – TIR (lucro) assegurada.

A licitação atraiu empresas do Rio, São Paulo, França e Argentina, mas o processo foi marcado por acusações de favorecimento às empresas que já atuavam na cidade do Rio de Janeiro. Em julho de 2012, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM) identificou indícios de formação de cartel e irregularidades na documentação das empresas que disputaram e venceram a licitação das linhas de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o Conselheiro Antonio Carlos Flores de Moraes, das 41 empresas que participaram da concorrência, apenas oito teriam seguido corretamente as normas do edital de concessão e não apresentariam sinais de participação em cartel. Segundo ele, as 33 empresas em situação irregular deveriam ter sido excluídas da licitação. Entre os “indícios à formação de cartel” destacados pelos técnicos do TCM estão: o fato de que as empresas vencedoras já operavam no sistema antes da licitação, o endereço dos quatro consórcios ser o mesmo (sede do Rio Ônibus), os

CNPJ dos quatro grupos terem sido abertos no mesmo dia e os consórcios terem procurado as garantias financeiras na mesma instituição bancária, no mesmo dia!

A essas sinalizações adicionais o fato de que, embora o edital proibisse a permanência da mesma viação em mais de um consórcio vencedor, isso ocorreu com 17 das 41 empresas. Desconfiamos que essa irregularidade seja relevante para o funcionamento de um cartel, pois poderia viabilizar o estabelecimento de canais de fluxo de renda entre os diferentes consórcios. A formação consorciada tem por objetivo a comunização dos ganhos e riscos em cada área. Quando uma empresa participa em mais de um deles, torna-se possível que ela atue como repassadora dos rendimentos de um consórcio para o outro.

Quando observamos a estrutura societária dessas empresas, percebemos que 12 empresários aparecem como sócios em mais de uma empresa. Jacob Barata Filho, por exemplo, figura em sete empresas (Alpha, Ideal, Transurb, Normandy, Saens Peña, Verdun e Vila Real), enquanto Álvaro Ro-

drigues Lopes aparece como sócio de cinco (City Rio, Algarve, Rio Rotas, Translitorânea e Andorinha). Segundo os dados oficiais do próprio Rio Ônibus, as famílias Barata e Lopes comandam mais de 20% da frota de ônibus do Rio e em torno de 40% das empresas concessionárias. A família Lopes, por exemplo, exerce seu comando no consórcio Santa Cruz, que atende a Zona Oeste, enquanto a família Barata participa somente nos outros três consórcios. Será um acordo entre grupos familiares?

A despeito das evidências, a investigação do TCM foi arquivada.

Tarifas, passageiros e faturamento

A partir das informações disponibilizadas pelo Rio Ônibus/Fetranspor fizemos algumas estimativas sobre o faturamento total anual do conjunto das empresas. A tabela e o gráfico demonstram a evolução do faturamento (estimado) frente à evolução do número de passageiros e o quantitativo das gratuidades, além do crescimento da tarifa (Tabela 2 e Gráfico 1).

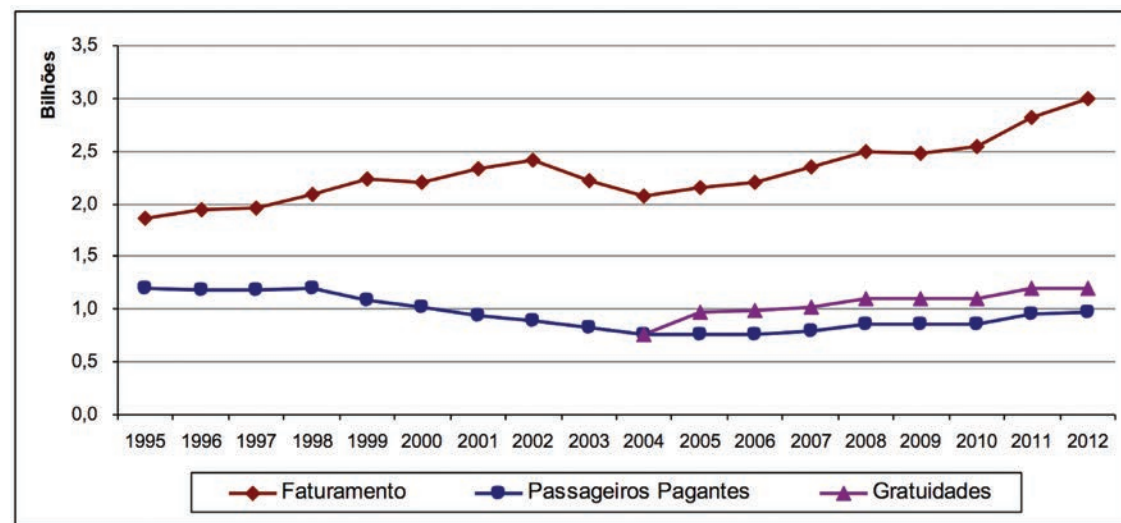
Percebemos que o aumento progressivo no valor da tarifa pode ter provocado a redução no número de passageiros, entretanto, isso não acarretou uma queda no faturamento das empresas. Pelo contrário, pudemos observar que seu faturamento aumentou, em valores reais e atualizados, em mais de R\$1 bilhão, aumento de 61%, entre os anos de 1995 e 2012.

Outro movimento curioso é a reversão da tendência de queda do número total de passageiros exatamente após o ano de 2005, quando se iniciam os registros das gratuidades. Especulamos que a entrada em vigor da Bilhetagem Eletrônica naquele ano aumentou a capacidade de controle sobre o número de passageiros.

Tabela 2

	Valor da Tarifa (A)	Nº Passageiros Pagantes (B)	Faturamento Estimado (AxB)	F.E. Corrigido Monetariamente (IPCA/Abril 2014)
1995	0,45	1.201.635.696	540.736.063	1.859.608.584
1996	0,55	1.190.439.084	654.741.496	1.945.164.405
1997	0,60	1.176.041.148	705.624.689	1.960.532.294
1998	0,65	1.192.113.936	774.874.058	2.086.278.958
1999	0,80	1.086.385.394	869.108.315	2.231.576.287
2000	0,90	1.018.108.405	916.297.565	2.197.917.887
2001	1,10	946.646.837	1.041.311.521	2.337.869.503
2002	1,30	894.708.399	1.163.120.919	2.407.876.701
2003	1,50	822.043.972	1.233.065.958	2.225.234.478
2004	1,60	762.968.838	1.220.750.141	2.066.667.067
2005	1,80	757.214.091	1.362.985.364	2.159.140.975
2006	1,90	763.017.303	1.449.732.876	2.204.339.929
2007	2,00	800.381.890	1.600.763.780	2.348.470.398
2008	2,10	857.434.687	1.800.612.843	2.499.718.811
2009	2,20	852.888.216	1.876.354.075	2.483.474.250
2010	2,35	860.062.200	2.021.146.170	2.546.790.025
2011	2,50	955.596.237	2.388.990.593	2.822.956.120
2012	2,75	973.909.365	2.678.250.754	3.002.520.543

Gráfico 1



Em tempo: os seguidos reajustes do valor tarifário foram objeto de investigação do TCM. Considerando que o edital de concorrência fixava o lucro da empresa a uma TIR média de 8,8%, o órgão fiscalizador buscou nos balancetes dos consórcios as informações para realizar a análise do cálculo da tarifa. E encontrou incongruências relevantes do tipo:

- Inserção na planilha de custo da compra de 92 veículos BRTs por R\$ 65 milhões – indevida por se tratar de investimento previsível;
- Não inclusão das receitas de publicidade no interior dos ônibus.

Segundo os técnicos do TCM, com esses ajustes, a tarifa deveria ter sido reduzida para R\$ 2,50 no ano passado.

Além das referidas, e indevi-

das, transferências referentes às gratuidades dos estudantes, em 2010 o poder público ainda decidiu por reduzir o Imposto Sobre Serviço cobrado das empresas de ônibus de 2% para 0,01%, sob a justificativa de “otimizar e racionalizar o desenvolvimento do transporte coletivo em nossa Cidade” (assunto tratado na edição do JE maio/2014).

É verdade que alguns dos custos das empresas de transporte público, como a gasolina e o diesel, são componentes inflacionários, ou seja, crescem acima da inflação, “puxando” a tarifa para cima. Entretanto, a falta de transparência com relação à estrutura de custos das empresas de ônibus impede uma análise adequada sobre a definição do valor da tarifa.

PÉ NO FREIO – os rodoviários param o trânsito

Revoltados com a situação da categoria, os rodoviários estão nas ruas desde o início de abril para reivindicar melhores condições de trabalho e remuneração. Uma

das principais pautas da categoria é o fim da dupla função (motorista atuando como condutor e cobrador). Além disso, há denúncias de que os motoristas são obrigados a cumprir metas de passageiros, o que explica a correria dos nossos ônibus e o descumprimento nas paradas de ônibus com poucos passageiros. A Câmara Municipal tenta interferir através de três projetos de lei, sem sucesso até o momento.

Com relação ao reajuste das remunerações, os grevistas reclamam de um suspeito acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores (Sintraturb) e o Rio Ônibus com valores menores de salários e cesta básica. Um exemplo disso é que o

salário aprovado no sindicato para motoristas foi de R\$ 1.957,86, enquanto o discutido em assembleia era de R\$ 2.200,00.

Para conferir a íntegra da pauta da assembleia, acesse www.sintraturb-rio.org.br.

Considerações finais

Abundam evidências de que o comando do sistema de transporte público do Rio de Janeiro merece uma profunda transformação. Qual é o faturamento de cada um desses consórcios? Como funciona o fluxo de rendimentos entre as empresas de um consórcio? Há canais de transferência de recursos de um consórcio para o outro? Qual é o papel do Rio Ôni-

bus e da Fetranspor? E a missão da Secretaria Municipal de Transportes, no sentido de “oferecer ao cidadão condições de se deslocar com segurança, rapidez e conforto, priorizando o transporte coletivo, preservando o meio ambiente e a qualidade de vida”, tem sido cumprida?

Outro aspecto que não se pode ignorar é que essas empresas e proprietários financiam as campanhas eleitorais. Assim, urge investigar como esses entes se relacionam, uma vez que uma possível captura do agente estatal seria extremamente pernicioso para o interesse público.

A inação do Estado diante das irregularidades explicitadas nos leva a supor que existe um anel burocrático-empresarial² nesse setor, que permite a atuação conjunta das empresas de ônibus de forma a maximizar seus interesses econômicos na condução da política pública de transportes.

Abrir as contas dessas empresas e desvelar esse poderoso anel na cidade do Rio de Janeiro é o nosso desafio.



1 **Permissão:** ato administrativo precário através do qual o Poder Público transfere a execução de serviços públicos a particulares e poderá desfazer a permissão sem o pagamento de uma indenização a qualquer momento.

2 Classificação inicial de Fernando Henrique Cardoso (1975) e desdobrada e renomeada por Dreifuss (1981, p. 73) em que se acrescenta a qualificação empresarial. DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis: Vozes, 1981, p. 73 e nota 14. Apud: CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. Cap. 5.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120)

Coordenação: Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes: Est. Karina Melo, Est. Mariana Vantine, Est. Monique Assis e Est. Camila Bockhorny.

Esta matéria contou com a colaboração dos seguintes assessores parlamentares: Izabel Barbosa Lima (Gab. Ver. Eliomar Coelho), João Tapioca (Gab. Ver. Paulo Pinheiro), Pâmela Matos (Gab. Ver. Reimont), Priscilla Moreira dos Santos (Gab. Ver.ª. Teresa Bergher) e Talita Araujo (Gab. Ver. Renato Cinco).

Macroeconomia Marxista



Fábio Guedes Gomes*

Desde a década de 1970 o modo de produção capitalista vem se revolucionando, impondo fundamentais mudanças e adequando novas formas de relações sociais diante de transformações aceleradas no conjunto das forças produtivas. O progresso tecnológico baseado na microeletrônica redimensionou os meios de produção, acentuando a exploração da força de trabalho e contrariando as otimistas perspectivas de John Maynard Keynes. Em seu famoso ensaio *Possibilidades econômicas de nossos netos* (1930), o economista inglês defendia que no século XXI seríamos liberados do trabalho árduo e adentraríamos na terra prometida, numa Nova Era, onde o tempo seria melhor distribuído entre a atividade produtiva, a contemplação, o prazer e a livre criatividade.

Nas últimas três décadas do século XX, transformações políticas importantes redefiniram o comportamento social e econômico de muitos sistemas societários. Mais de um terço da população mundial agonizava na pobreza e o processo de acumulação de capital colocava limites intransponíveis à biosfera.

O renascimento do pensamento liberal, na esteira de mais um movimento de internacionalização do capital (leia-se globalização), abriu um período de contrarrevolução conservadora. No mun-

do econômico, as instituições multilaterais, como FMI, Banco Mundial e OMC, a “Santíssima Trindade” do capitalismo contemporâneo, orientavam, sob ameaças de sanções, os países da periferia a se integrem à Nova Ordem Internacional, comandada pelos EUA e seu novo ciclo expansivo, baseado no desenvolvimento acelerado das atividades financeiras-creditícias.

Nesse contexto, um amplo conjunto de opiniões, análises e argumentos assumiram compromisso intelectual e político de sepultarem correntes analíticas mais críticas, proclamando “o fim das ideologias”, cantando em louvores a objetividade e a neutralidade teórica. Os ideólogos do neoliberalismo afiavam seus armamentos teóricos e ideológicos objetivando derrotar qualquer oponente crítico e histórico.

Na esteira da contrarrevolução conservadora, o pensamento marxiano, com suas diversas derivações, deu a impressão de arrefecimento intelectual. Somente impressão. Pelo contrário, um pensamento marxista ou tomando ele como base se desenvolveu, ganhando importância analítica nos últimos três decênios. Os interesses pelos estudos e leituras nesse campo aumentaram, sobretudo na nova fase de *financeirização* da riqueza que desembocou nas crises econômico-financeiras que atingiram os Estados Unidos (2007-2009) e Europa (2011-2012).

Os estudos marxistas mais contemporâneos resgatam, dentre muitos aspectos, o essencial da teoria marxista para explicar as vicissitudes do capitalismo contemporâneo e as contradições postas. Da teoria marxiana se toma como premissa uma contradição fundamental do modo de produção capitalista: sua tendência, *ad infinitum*, de produzir mercadorias conflita com a pobreza e a restrição do consumo das massas. De outro modo, sua elevada capacidade de desenvolver as forças produtivas, aumentando a produtividade do sistema, esbarra na capacidade da própria sociedade em absorver a miscelânea de produtos que são despejados todos os dias nos circuitos da circulação. Essa contradição revela porque o capitalismo é um sistema inerentemente instável. No Livro II de *O Capital*, Karl Marx antecipa, em quase meio século, o problema da insuficiência da demanda, a preocupação central da teoria geral de Keynes, que o mesmo resgata do pároco Thomas Malthus, talvez para não se declarar um leitor atento à produção do velho Mouro.

Entretanto, Marx desenvolve o núcleo de sua análise do processo de produção de capital nos dois primeiros volumes do Livro I. Com base na teoria do valor-trabalho e na lógica dialética, aplicadas às categorias econômicas, ele desmontou os alicerces que sustentavam as premissas da economia burguesa de sua época. Dife-

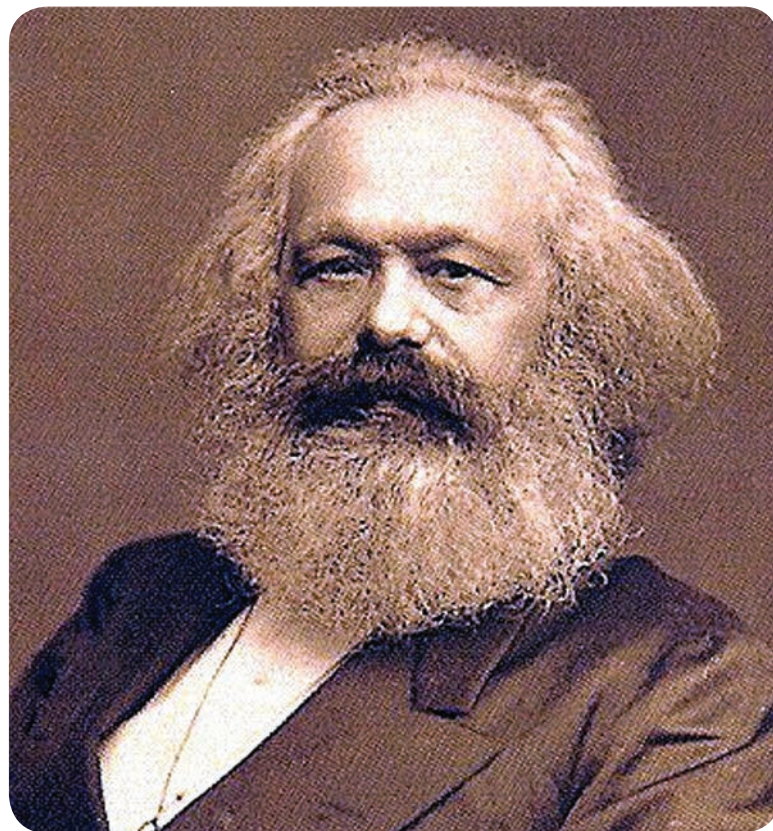
rentemente dos princípios liberais de Adam Smith, que percebiam uma sociedade que tendia ao equilíbrio social e econômico determinado pelo comportamento egoístico dos indivíduos, e completamente contrário à chamada Lei de Say, que advogava a harmonia entre produção e consumo na máxima “a oferta cria sua própria procura”, Marx demonstrou que no capitalismo a dissociação entre produção e consumo era inerente ao seu funcionamento.

Na teoria marxiana as condições materiais de produção da riqueza na sociedade capitalista articulam a produção, distribuição, a troca e o consumo. A circulação é a troca em sua manifestação geral. Esse todo articulado representa os elementos fundamentais da criação de riqueza no sistema, portanto, separá-lo implica dificultar ainda mais a compreensão essencial do funcionamento da ordem capitalista, como a riqueza é produzida e apropriada privadamente. Mesmo reconhecendo que esses momentos não são idênticos (produção, distribuição, troca e consumo) eles constituem elementos de uma mesma totalidade: o modo de produção capitalista. Ainda, reconhecendo a importância de cada um deles, é no âmbito da produção que acontece a criação de riqueza.

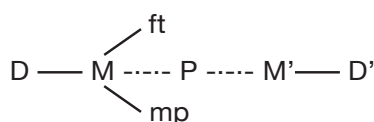
De maneira sumária podemos dizer que Marx revelou que o capital, antes de aparecer como uma categoria econômica, se trata de uma relação social. Essa relação é estabelecida, continuamente, com intuito de produzir valor. Diferentemente de outros modos de produção, no capitalismo essa relação social de

produção é estabelecida entre trabalhadores, que vendem sua força de trabalho (em troca de salários), porque contam somente com essa “propriedade” para lhes garantir a sobrevivência, e os empresários capitalistas, proprietários dos meios de produção (instrumentos e ferramentas de trabalho, equipamentos, máquinas, terras etc.). Com a propriedade do dinheiro, em última instância, o empresário capitalista compra a força de trabalho (que será definida como capital variável - cv) e mantém a propriedade sobre os meios de produção (denominados capital constante - cc).

Estabelecida a relação trabalhista contratualmente, os capitalistas põem a força de trabalho (ft) em operação na produção de mercadorias, juntamente com os meios de produção (mp). No esquema abaixo, podemos ver que o capitalista, possuidor do dinheiro (D), adquire mercadorias ($ft+mp$), junta-as no processo produtivo (P), com objetivo de produzir novas mercadorias, conseqüentemente com valores superiores (M') às mercadorias adquiridas ($M=mp+ft$). Uma vez produzidas, as novas mercadorias, serão trocadas por dinheiro (D') no processo de comercialização. Portanto, no esquema abaixo, temos três momentos. $D-M$ e $M'-D'$ tratam de relações de troca, onde o primeiro momento representa um ato de compra e o segundo um ato de venda. Eles significam simplesmente a circulação das mercadorias, sem importância alguma na determinação do valor das mesmas, ao contrário do que apregoa o pensamento econômico con-



vencional. O valor, portanto, é criado, conforme a teoria do valor-trabalho, no momento da produção, representado abaixo pelo circuito $M-P-M'$.



Portanto, no ciclo $D-M-P-M'-D'$ Marx demonstrou a capacidade do sistema capitalista de reproduzir valor em escala ampliada. D' contém valor superior ao despendido inicialmente (D), e assim sucessivamente a cada ciclo. A diferença fundamental, $D'-D$, representa o lucro do empresário capitalista. Ele o calcula observando o resultado líquido de toda a operação. Aqui reside o ponto central da teoria. Marx tinha em mente que não bastava uma teoria do valor-trabalho para explicar o funcionamento

do modo de produção capitalista. Mais que uma avaliação substancial de que as mercadorias possuem valores em razão da quantidade de trabalho contida nas mesmas, medida pelo tempo gasto em sua produção, ele apresentou uma teoria da exploração da classe trabalhadora.

Ao contrário do cálculo contábil do empresário capitalista, a base do lucro reside na diferença entre o que ele paga, na forma de salário, ao trabalhador para executar sua força de trabalho e a quantidade de valor que esse trabalhador foi capaz de produzir durante uma determinada jornada de trabalho, levando em conta também as circunstâncias e utilização de equipamentos auxiliares. O salário deve corresponder a um valor suficiente para que os trabalhadores adquiram bens necessários à sua reprodução en-

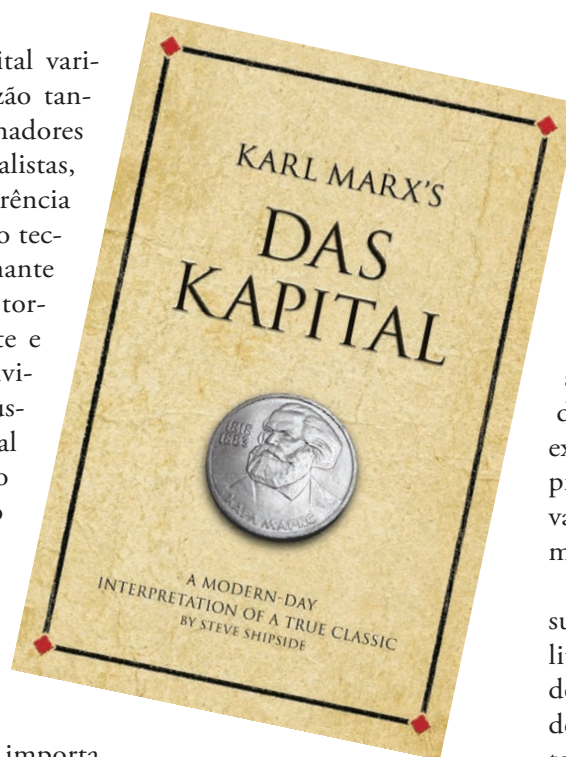
quanto seres. Sendo assim, o salário representa apenas uma fração do valor total que eles são capazes de produzir ao longo do tempo de execução da força de trabalho. Em outras palavras, a verdadeira base dos lucros repousa na exploração da força de trabalho, a apropriação dos resultados do trabalho alheio, subtraindo do valor total criado uma fração que os trabalhadores absorvem na forma salários. Nessa linha de raciocínio, o resultado líquido que é apropriado pelo empresário capitalista chama-se mais-valor (ou mais-valia).

A empresa capitalista é conduzida pelo espírito de maximização dos seus benefícios. Em última instância, o sistema se movimenta não com o objetivo geral de produzir mercadorias para satisfazer as necessidades de consumo, mas essencialmente com a finalidade de atender aos interesses de acumulação de capital (criação e apropriação de valor). Isso significa, portanto, reproduzir, continuamente, as relações sociais de produção. O processo de acumulação de capital é tanto uma finalidade subjetiva quanto uma força motriz de todo o sistema. Então, importa realizar a venda das mercadorias produzidas, pois elas carregam o lucro capitalista. As crises da economia capitalista revelam-se quando ocorrem fortes rupturas entre a produção e o consumo, algo inimaginável na teoria neoclássica baseada na lei dos mercados de Say.

Os avanços tecnológicos redefinem as relações sociais de produção, modificando e elevando a composição orgânica do capital (a relação entre ca-

pital constante e capital variável – cc/cv). Em razão tanto da luta entre trabalhadores e empresários capitalistas, quanto pela concorrência entre esses, o progresso tecnológico é determinante no sistema produtivo, tornando-o mais eficiente e elevando sua produtividade. Isso ocorre à custa da redução do capital variável em relação ao capital constante. Não significa que o emprego de mão de obra diminua em termos absolutos. Pelo contrário, pode-se até empregar mais força de trabalho. O que importa são as modificações na relação entre capital variável e capital constante. A taxa de lucro pode cair mesmo não ocorrendo desemprego, basta que a utilização de máquinas, equipamentos etc. cresça em razão maior que o emprego da força de trabalho. Essas alterações, portanto, têm o intuito de elevar a quantidade de mercadorias produzidas, mas acabam modificando a razão entre a taxa de exploração ($mais-valor/cv$) e a composição orgânica do capital (cc/cv).

Assim, os avanços tecnológicos no sistema de produção capitalista promovem, no longo prazo, dissabores que alteram, substancial e intensamente, as condições de equilíbrio entre produção e consumo, exigindo fortes ajustamentos, econômicos e políticos. Os resultados gerais são: 1) superprodução de mercadorias; 2) tendência à redução da taxa de lucro do sistema; 3) diminuição relativa do emprego da força de trabalho; 4) elevação



da taxa de exploração da força de trabalho; 5) diminuição relativa do consumo; e 6) busca desenfreada pela produção de novos produtos, abertura de mercados e intensificação da concorrência intercapitalista. No capítulo XIV do Livro III de *O Capital*, Marx aponta as contratendências do sistema à queda da taxa de lucro no longo prazo.

Contrariamente aos teoremas clássico e neoclássico do equilíbrio macroeconômico, Marx demonstrou, portanto, muito antes de Keynes, que o capitalismo é instável por sua condição estrutural de dissociar a produção do consumo. As crises não são meras disfunções macroeconômicas como defendiam os neoclássicos; elas significam epifenômenos das contradições e desequilíbrios inerentes à essência de funcionamento das relações sociais de produção capitalista.

O processo de valorização da riqueza, por exemplo, atra-

vés dos circuitos da circulação financeira (especulação), é um sintoma muito característico de que o sistema enfrenta uma crise de realização, pois a criação de valor no circuito produtivo tem enfrentado obstáculos muito sérios que acabam empurrando os capitalistas (e o grupo de executivos de importantes empresas) para novas formas de valorização de capital, especialmente de maneira fictícia.

Atento a esse movimento e suas consequências, uma vasta literatura surgiu nos últimos decênios buscando compreender a crise estrutural do capitalismo contemporâneo. Fundamentados ou com alguma inspiração na análise marxiana, esses trabalhos analisam os movimentos recentes de acumulação de capital sob a égide da *financeirização*, as implicações para a macroeconomia de vários países e suas interconexões internacionais. Dentre os trabalhos mais acessíveis ao público brasileiro, podemos destacar as importantes contribuições de François Chesnais, Gerard Duménil, Dominique Lévy, Robert Brenner, Susanne de Brunhoff, Michel Aglietta, Giovanni Arrighi, David Harvey, Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani.

Bibliografia sugerida

- AGLIETTA, Michel. *Macroeconomia Financeira*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- CHESNAIS, François (org.). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- LAIBMAN, David. *Capitalist Macrodynamics: a systematic introduction*, London, Macmillan, 1997.

* É professor de Economia da Universidade Federal de Alagoas.

Agenda de cursos

Avaliação de Negócios e

Tomada de Decisão - modelos em Excel.

21 de julho a 20 de agosto de 2014

Prof. Eduardo de Sá Fortes Leitão Rodrigues

18h30 - 21h30 - segundas e quartas - 30 horas-aula

O professor é autor do livro *Análise de investimentos e tomada de decisão na avaliação de projetos*. O curso é direcionado a economistas, administradores, contadores, engenheiros de produção e demais interessados na área de decisão/avaliação de negócios e serve de subsídio para estudos preparatórios para concursos públicos. É fundamental ter conhecimentos básicos em matemática financeira e Excel.

INSCRIÇÕES ABERTAS. Informações: www.corecon-rj.org.br/cursos.asp

2º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado

Estão abertas no site www.centro-celsofurtado.org.br/congresso2014 as inscrições gratuitas para o 2º. Congresso Internacional do Centro Celso Furtado, que acontecerá nos dias 18, 19 e 20 de agosto no Centro de Estudos do BNDES, no Rio, e tem como tema "Um novo desenvolvimento para uma nova democracia". O colombiano José Antonio Ocampo, da Universidade de Columbia, nos EUA, e o indiano Deepak Nayyar serão

dois dos conferencistas estrangeiros.

Nas 22 mesas serão debatidos temas como os 12 anos do governo PT; desindustrialização na América Latina; para onde vão os Brics; e dilemas do desenvolvimento e da democracia no Brasil do século XXI. No final do segundo dia, haverá o lançamento de obras, como o livro de Deepak Nayyar (*Catch up*). No encerramento, acontece a projeção do filme Um sonho intenso, de José Mariani.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)	JAN A MAR/13	JAN A MAR/14	REFERÊNCIAS	JAN A MAR/13	JAN A MAR/14
REFERÊNCIAS			PASSIVO FINANCEIRO	246.216,34	205.432,23
ATIVO FINANCEIRO	6.551.406,61	7.257.792,19	RESTOS A PAGAR	-	595,00
DISPONÍVEL	233.700,09	570.274,54	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	10.439,96
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	6.243.255,71	6.649.465,88	CONSIGNAÇÕES	8.047,59	8.643,23
REALIZÁVEL	36.897,01	284,81	CREDORES DA ENTIDADE	123.412,39	4.951,29
RESULTADO PENDENTE	37.553,80	37.766,96	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	114.756,36	180.802,75
ATIVO PERMANENTE	18.729.547,71	18.597.755,24	RESULTADO PENDENTE	140.307,08	152.307,75
BENS PATRIMONIAIS	1.583.555,71	1.631.240,68	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	140.307,08	152.307,75
VALORES	31.907,15	47.475,42	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	24.894.430,90	25.497.807,45
CRÉDITOS	17.114.084,85	16.919.039,14	TOTAL GERAL	25.280.954,32	25.855.547,43
TOTAL GERAL	25.280.954,32	25.855.547,43			

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIACIONES	
	JAN A MAR/13	JAN A MAR/14		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	2.610.822,30	3.033.268,90	ANUIDADES	422.446,60	16,2
PATRIMONIAL	81.986,63	98.491,12	PATRIMONIAL	16.504,49	20,1
SERVIÇOS	40.528,16	36.763,65	SERVIÇOS	(3.764,51)	-9,3
MULTAS E JUROS DE MORA	1.662,90	5.175,96	MULTAS E JUROS DE MORA	3.513,06	-
DÍVIDA ATIVA	121.714,45	120.838,79	DÍVIDA ATIVA	(875,66)	-0,7
DIVERSAS	91.536,74	40.533,77	DIVERSAS	(51.002,97)	-55,7
TOTAL GERAL	2.948.251,18	3.335.072,19	TOTAL GERAL	386.821,01	13,1
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	1.482.150,11	835.548,50	DE CUSTEIO	(646.601,61)	-43,6
PESSOAL	1.185.382,00	510.655,76	PESSOAL	(674.726,24)	-56,9
MATERIAL DE CONSUMO	11.206,76	10.802,65	MATERIAL DE CONSUMO	(404,11)	-3,6
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	285.561,35	314.090,09	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	28.528,74	10,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	565.188,48	650.085,31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	84.896,83	15,0
DESPESAS DE CAPITAL	20.102,63	18.415,43	DESPESAS DE CAPITAL	(1.687,20)	-8,4
TOTAL GERAL	2.067.441,22	1.504.049,24	TOTAL GERAL	(563.391,98)	-27,3
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	880.809,96	1.831.022,95	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	950.212,99	107,9